

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 50 e 51, de 2 e 3 de dezembro de 2020;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 165/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Redução da idade da reforma das pessoas com deficiência» e o Projeto de Lei n.º 588/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência»; Deputada autora do parecer: Helga Correia (PSD);**
4. **Nova apreciação na generalidade (com eventual discussão e votação de propostas de alteração ou de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 57/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões» e da Proposta de Lei n.º 59/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE»;**
5. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.<sup>a</sup> alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.<sup>a</sup> (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**
6. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 110/XIV/1.<sup>a</sup>, da iniciativa de APDASC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural e outros (4.372 assinaturas) - «Estatuto profissional da carreira de animador sociocultural»; Deputada relatora: Ofélia Ramos (PSD);**
7. **Discussão e aprovação do modelo de audição pública dedicada à avaliação da concretização do Estatuto do Cuidador Informal, a realizar em janeiro de 2021;**
8. **Outros assuntos.**

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia:

#### **1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 50 e 51, de 2 e 3 de dezembro de 2020;**

As atas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP.

#### **2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Senhor Presidente informou que haviam baixado à Comissão as seguintes iniciativas legislativas: o Projeto de Lei n.º 583/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Condições de atribuição do Complemento Solidário para Idosos (Alteração ao Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro)», que foi distribuído à Senhora Deputada Maria Joaquina Matos (PS), a quem já cabia relatar os Projetos de Lei n.ºs 521/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) e 567/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP), sobre matéria idêntica; o Projeto de Lei n.º 588/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência», que foi atribuído à Senhora Deputada Helga Correia (PSD), anteriormente designada como relatora do Projeto de Lei n.º 165/XIV/1.<sup>a</sup> (BE), sobre a mesma matéria, e que seriam objeto de parecer conjunto a apresentar ainda no decurso desta reunião; e o Projeto de Lei n.º 590/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Antecipação da idade da reforma dos trabalhadores com deficiência», mencionado o GP do PSD que posteriormente indicaria o nome do respetivo relator ou relatora.

O Senhor Presidente deu também conhecimento que havia igualmente baixado à Comissão o Projeto de Resolução n.º 770/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - «Recomenda a adoção de medidas para travar o aumento das desigualdades estruturais de género desencadeadas pelos impactos socioeconómicos da Covid-19», com conexão à 13.<sup>a</sup> Comissão.

#### **3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 165/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Redução da idade da reforma das pessoas com deficiência» e o Projeto de Lei n.º 588/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência»; Deputada autora do parecer: Helga Correia (PSD);**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

A Senhora Deputada relatora procedeu à apresentação do parecer, aludindo ao objeto e motivação das iniciativas, ao enquadramento legal e antecedentes e aos contributos recebidos, concluindo pelo cumprimento de todos os requisitos formais de tramitação e dando nota do agendamento da discussão conjunta na generalidade para a sessão plenária do dia seguinte, quinta-feira, 10 de dezembro.

Depois de o Senhor Presidente ter agradecido o trabalho realizado, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

**4. Nova apreciação na generalidade (com eventual discussão e votação de propostas de alteração ou de texto de substituição da Comissão) da Proposta de Lei n.º 57/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões» e da Proposta de Lei n.º 59/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE»;**

Tendo em conta que não haviam dado entrada propostas de alteração ou de texto de substituição sobre as propostas de lei identificadas, o Senhor Presidente informou que seriam ambas remetidas para votação em Plenário, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

**5. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.<sup>a</sup> alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.<sup>a</sup> (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**

O GP do PS requereu o adiamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, não se verificando nenhuma oposição.

**6. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 110/XIV/1.<sup>a</sup>, da iniciativa de APDASC - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural e outros (4.372 assinaturas) - «Estatuto profissional da carreira de animador sociocultural»;**

**Deputada relatora: Ofélia Ramos (PSD);**

A Senhora Deputada relatora apresentou de forma sucinta o relatório da petição, fazendo referência à natureza e ao objeto da petição, bem como ao enquadramento



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

legal e antecedentes e às diligências efetuadas. Assim, concluiu que, perante o integral cumprimento dos requisitos formais e de tramitação, deveria ser dado conhecimento do relatório a todos os Deputados, ao Governo e aos peticionários, sendo posteriormente remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, visando o agendamento da sua discussão em Plenário.

Depois de o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) ter saudado a Senhora Deputada relatora pela apresentação esmerada e exaustiva, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se ainda a ausência do GP do CDS-PP.

#### **7. Discussão e aprovação do modelo de audição pública dedicada à avaliação da concretização do Estatuto do Cuidador Informal, a realizar em janeiro de 2021;**

Após anunciar que enviaria posteriormente a versão consolidada a todos os Grupos Parlamentares, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) enunciou a proposta de programa para a audição pública dedicada à implementação do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), sugerindo desde já que esta pudesse ter lugar na terça-feira, 19 de janeiro, ou em alternativa a 26 de janeiro, caso a primeira data se mostrasse inviável. Assim, propôs que a iniciativa contemplasse a participação do Presidente da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do ECI, no seguimento aliás de uma sugestão do GP do PS; de associações representativas dos cuidadores informais; da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); dos membros do Governo responsáveis por esta temática; e, por fim, do Senhor Presidente da CTSS, que também cuidaria da sessão de abertura, e dos Grupos Parlamentares, que poderiam ainda intervir em todos os painéis, questionando e obtendo esclarecimentos de todos os convidados.

Já depois de o Senhor Presidente alertar para a excessiva densidade da proposta, que concentrava o evento na tarde de dia 19 de janeiro, e de incitar o proponente a formalizar as suas sugestões por escrito, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) referiu que o convite deveria ser dirigido à Senhora Secretária de Estado da Ação Social, a quem cabia a tutela deste assunto, e não ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Social.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Por sua vez, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) reiterou que o programa apresentado era muito extenso para apenas uma tarde ou manhã, sugerindo a sua consumação durante um dia inteiro. Também a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) concordou que o formato definitivo poderia ser fechado na semana seguinte, e bem assim que a audição poderia começar pelas 10h30/11h e estender-se pelo resto do dia. Posto isto, manifestou dúvidas sobre a intervenção dos Grupos Parlamentares em todos os painéis, através da formulação de perguntas.

Neste momento, o Senhor Presidente aproveitou para constatar a aparente unanimidade sobre a exagerada concentração da proposta apresentada, lembrando que o funcionamento por via eletrónica facilitava a agilização do programa. Acrescentou ainda que se poderia também consolidar desde já o dia 19 de janeiro como prioritário, podendo o remanescente ser acertado eletronicamente.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) aceitou a correção apontada pelo GP do PS e as demais sugestões adiantadas, aventando que a sessão se iniciasse então no período da manhã com as intervenções da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do ECI e das associações representativas dos cuidadores informais, e com os outros painéis no período da tarde, com perguntas conjuntas e a final dos partidos.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) considerou então que suprimir as questões dos Grupos Parlamentares ao longo da manhã parecia também excessivo, sugerindo que estas pudessem ter lugar em dois momentos, um ao fim da manhã e outro imediatamente antes da sessão de encerramento.

Deste modo, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) prontificou-se a remeter com a brevidade possível a proposta debatida, já com as sugestões dos Grupos Parlamentares devidamente contempladas.

#### **8. Outros assuntos.**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

No último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu conta que a Comissão havia diligenciado junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP), tendo em vista o agendamento, se possível no mesmo dia, da audição regimental em falta da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), relativa à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (SL), e da audição requerida pelo GP do PSD e aprovada por unanimidade pela Comissão na semana transata. Contudo, a Senhora MTSSS não revelara disponibilidade para consumir a audição nas datas indicadas e até sexta-feira, 18 de dezembro.

Desta forma, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) recordou que o requerimento aprovado fazia menção ao verificado a 30 de novembro e 7 de dezembro, tal como ao encerramento de escolas, que não em função de isolamento profilático, e que obrigavam os pais a ficar em casa com os filhos, sem qualquer apoio do Estado. Por conseguinte, considerou inaceitável que a Senhora Ministra não encontrasse disponibilidade para levar a cabo estas audições, mesmo que em conjunto, nem que fosse nas semanas de Natal ou de Ano Novo, dada a sua máxima importância, salientando que as reuniões eletrónicas permitiam uma maior flexibilidade de agenda.

Por seu turno, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) argumentou que não parecia razoável realizar audições com membros do Governo por videoconferência, com natural exceção dos casos em que tal acontecia por motivos de saúde. Destarte, sublinhou que estas audições deveriam ocorrer o mais depressa possível, mau grado o esforço necessário para o efeito, até porque a quarta audição regimental da 1.<sup>a</sup> SL aguardava o seu agendamento há já algum tempo.

Depois de o Senhor Presidente ter realçado que se deveria ter em conta o que viria a ser decidido pela Conferência de Líderes, na sua reunião daquele dia, quanto à calendarização dos trabalhos parlamentares, e também que a próxima audição regimental da 2.<sup>a</sup> SL decorreria já no dia 13 de janeiro (quarta-feira), o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) alegou que até agora a Senhora Ministra nunca se furtara ao escrutínio parlamentar, e também que os dias 30 de novembro e 7 de dezembro já tinham passado, exortando o GP do PSD a guardar as suas considerações políticas para a audição propriamente dita.

**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL**

Em resposta, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) esclareceu que a sugestão de videoconferência visava a agilização do agendamento, concordando que os dias mencionados no requerimento já tinha passado, mas que as famílias afetadas por esta situação continuavam sem receber qualquer apoio, defendendo a adoção de outras soluções que não passassem pela marcação de férias ou pela justificação de faltas, com prejuízo dos pais afetados e dos seus direitos. Concluiu que a Senhora Ministra tinha o dever de responder no Parlamento, não se podendo aguardar pela próxima audição regimental, a 13 de janeiro de 2021.

Posto isto, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) afirmou que a Senhora MTSSS não viera à Comissão porque não fora convocada para o efeito, contrapondo a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) que a tentativa de agendamento da audição omitida já vinha de trás, ao que o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) indicou que o processo fora desencadeado pela SEAP.

Por fim, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) reiterou que não era admissível que as audições ficassem por concretizar, sugerindo que se necessário pudessem ter lugar à segunda, quinta ou sexta-feira, garantindo o Senhor Presidente que a Comissão envidaria novamente esforços no sentido de concretizar estas audições antes de 13 de janeiro de 2021.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2020.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**Pedro Roque**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 52/XIV/2.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Cristina Sousa  
Diana Ferreira  
Eduardo Barroco de Melo  
Fernando José  
Helga Correia  
João Paulo Pedrosa  
José Moura Soeiro  
Lina Lopes  
Luís Soares  
Maria Germana Rocha  
Marta Freitas  
Nuno Sá  
Ofélia Ramos  
Olga Silvestre  
Pedro Roque  
Rita Borges Madeira  
Sílvia Torres  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Carla Madureira  
Cristina Mendes da Silva  
Eduardo Teixeira  
Emília Cerqueira  
Fernanda Velez  
Joana Sá Pereira  
Lúcia Araújo Silva  
Mara Coelho  
Maria Joaquina Matos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires  
João Pinho de Almeida